



ACÓRDÃO Nº 756/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 1611/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Secretaria de Estado de Mineração, Geodiversidade e Recursos Hídricos – SEMGRH.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** Sra. Jane Freitas de Goes Crespo e Sr. Daniel Borges Nava, Secretário e Ordenador de Despesas, à época.
- 6- **Advogado:** Dra. Maria Iracema Pedrosa - OAB/AM nº 1.709.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/AM E DEAMB.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3624/2017-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fls. 728/729).
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado de Mineração, Geodiversidade e Recursos Hídricos - SEMGRH. Exercício de 2014.

Regularidade. Quitação. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Regular** a Prestação de Contas do **Sr. Daniel Borges Nava**, Secretário de Estado de Mineração, Geodiversidade e Recursos Hídricos - SEMGRH, exercício 2014, com fulcro no art. 5º, II da Resolução nº 04/2002 - RI-TCE/AM;
- 10.2. **Dar Quitação** ao **Sr. Daniel Borges Nava**, Secretário da SEMGRH, e à **Sra. Jane Freitas de Goes Crespo**, Ordenadora de Despesas da SEMGRH, com fulcro no art. 189, I, da Resolução nº 04/2002 - RI-TCE/AM;
- 10.3. **Recomendar** à Secretaria de Estado do Meio Ambiente - Sema e ao Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM, que intensifiquem esforços, no sentido de captar recursos para o fundo de recursos hídricos e de promover a política estadual de gerenciamento de recursos hídricos mediante diagnósticos, classificações,



ACÓRDÃO Nº 756/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

planejamento e outorga de usos na forma da Lei.

- 11- **Ata:** 24ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 19 de Julho de 2017.
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).
- 14- **Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL

Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral